

PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO: RETARDATÁRIOS E AUSENTES

Em todo o resto da Europa, antes de 1850, havia alguns exemplos dispersos de indústria moderna — e, na Boémia, mais que isso —, mas não se podia dizer que estivesse em curso um processo de industrialização. Esse processo teve início na segunda metade do século, marcadamente na Suíça, nos Países Baixos, na Escandinávia e no Império Austro-Húngaro; muito mais debilmente, em Itália, nos países ibéricos e no Império Russo; e quase nada em todas as novas nações dos Balcãs e do decadente Império Otomano. Onde e quando ocorreu, foi em circunstâncias muito diferentes das dos primeiros países industrializados, e, conseqüentemente, com diferentes padrões.

Na medida em que o começo da industrialização esteve associado ao carvão — como esteve, claramente, na Grã-Bretanha, na Bélgica e na Alemanha —, tal associação evidencia-se nos valores de consumo *per capita* (cf. Fig. 9.5). Os últimos países a iniciarem a industrialização, por outro lado, tinham pouco ou nenhum carvão dentro das suas fronteiras. A produção em Espanha, na Áustria e na Hungria mal bastava para satisfazer a pouca procura interna, se tanto. A Rússia tinha enormes jazidas (em meados do século xx, a União Soviética era o maior produtor mundial), mas antes de 1914 a sua exploração quase não tinha começado a desenvolver-se. Os outros países em questão tinham recursos carboníferos insignificantes e dependiam quase exclusivamente da importação para o seu consumo.

A Fig. 10.1 mostra o consumo *per capita* de carvão de alguns dos países que iniciaram a industrialização mais tarde. Duas das suas características têm de ser realçadas. Em primeiro lugar, no começo do século xx o consumo *per capita*, mesmo nos mais bem sucedidos dos países de industrialização mais tardia, ascendia a menos de um quinto do da Grã-Bretanha e a menos de um terço do da Bélgica e da Alemanha. Em segundo lugar, dado o consumo limitado em todos os países de industrialização tardia, o consumo dos mais bem sucedidos aumentou muito mais rapidamente que o dos outros. Como a principal utilização do carvão nos países carentes de reservas carboníferas era para combustível de locomotivas, navios a vapor e máquinas a vapor fixas, e como praticamente todo o carvão dos mais bem sucedidos dos últimos industrializados tinha de ser importado, parece que a procura era a força dominante na promoção do seu maior consumo relativo. Por outras palavras, o seu maior consumo era um resultado, e não uma causa, da industrialização bem-sucedida.

Para apreciar a importância desta afirmação é necessário considerar casos individuais:

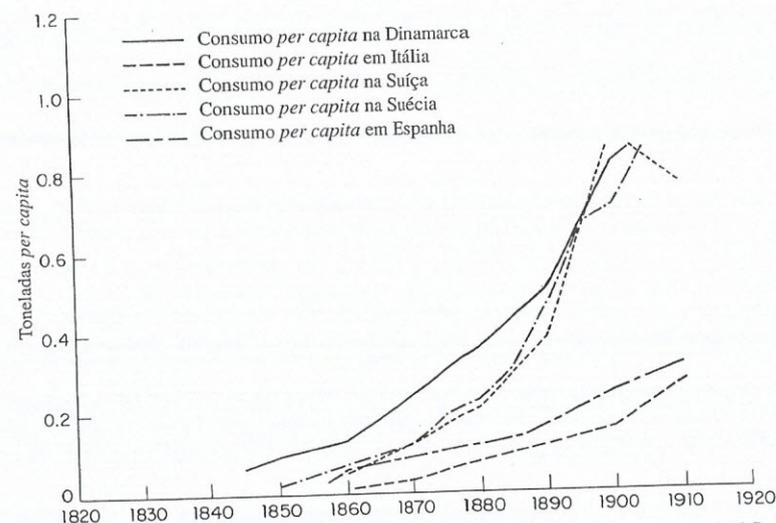


FIGURA 10.1 — Consumo de carvão per capita, 1820-1913. (De *European Historical Statistics, 1750-1970*, de B.R. Mitchell, Nova Iorque, 1975.)

Suíça

A Alemanha foi o último dos primeiros industrializados, a Suíça foi o primeiro dos retardatários. Alguns estudiosos contestam esta afirmação, alegando que a Suíça estava mais industrializada que a Alemanha e em data anterior — que, na verdade, a Suíça tinha sofrido uma «revolução industrial» ou «descolagem» na primeira metade do século xix. Tais controvérsias são bastante semânticas e são pouco conseqüentes; quando os factos são claramente expostos e os padrões exibidos, a questão da prioridade transforma-se numa questão de definição. Embora a Suíça já tivesse adquirido, na primeira metade do século ou antes, alguns recursos importantes que desempenharam um papel relevante na sua rápida industrialização após 1850 — nomeadamente um elevado nível de alfabetização adulta —, a sua estrutura económica era ainda largamente pré-industrial. Em 1850, mais de 57 por cento da sua mão-de-obra atinha-se principalmente a fins agrícolas; menos de 4 por cento trabalhava em fábricas. A grande maioria dos operários industriais trabalhava em casa ou em pequenas oficinas sem máquinas. A Suíça mal tinha entrado na era dos caminhos-de-ferro e tinha menos de trinta quilómetros de trilhos recentemente abertos. Da maior importância: faltava ao país uma estrutura institucional adequada ao desenvolvimento económico. Só em 1850 conseguiu uma união aduaneira (ao contrário da Alemanha, que tinha um Zollverein mas não um governo central), uma união monetária efectiva, um sistema postal centralizado ou um padrão uniformizado de pesos e medidas.

País pequeno, tanto em território como em população, a Suíça é igualmente pobre em recursos naturais convencionais que não a água e a madeira; não tem praticamente nenhum carvão. Devido às montanhas, 25 por cento da sua área terrestre é incultivável e, na realidade, praticamente inabitável. Apesar destes reveses, os Suíços conseguiram alcançar um dos mais elevados padrões de vida na Europa no começo do século xx e, no último quartel do século, o mais elevado do mundo. Como o conseguiram?

A população cresceu de pouco menos de 2 milhões nos primeiros anos do século xix para pouco menos de 4 milhões em 1914. A taxa de crescimento média foi, assim, ligeiramente inferior à da Grã-Bretanha, da Bélgica e da Alemanha, mas substancialmente mais alta que a da França. A densidade populacional era inferior à dos quatro países, mas este facto é largamente explicado pela natureza do terreno. Devido à escassez de terra arável, os Suíços há muito que praticavam a combinação de indústria doméstica com a agicultura e a criação de gado. Fizeram-no em grande parte com matérias-primas importadas e, na última parte do século xix, também com produtos alimentares importados. Assim, a Suíça, do mesmo modo que a Bélgica, e numa escala ainda superior à da Grã-Bretanha, dependia dos mercados internacionais.

O sucesso suíço nos mercados internacionais resultou duma combinação invulgar, se não única, de tecnologia avançada com indústrias de mão-de-obra intensiva. Esta combinação deu origem a produtos de alta qualidade, muito apreciados e de grande valor acrescentado, como os tradicionais relógios de sala e de pulso suíços, os delicados têxteis, a intrincada maquinaria especializada e os requintados queijos e chocolates. Vale a pena realçar que as indústrias de mão-de-obra intensiva eram, em primeiro lugar, de mão-de-obra intensiva *especializada*. Embora tal pareça paradoxal, a explicação assenta na elevada taxa de alfabetização na maioria dos cantões suíços (por motivos não económicos) e nos sofisticados sistemas de aprendizagem que predominavam. Isto forneceu uma mão-de-obra especializada e adaptável, disposta a trabalhar mediante o pagamento de salários relativamente baixos. A tanto acresceu o justamente famoso Instituto Suíço de Tecnologia, fundado em 1851, que forneceu inteligências bem-formadas e soluções engenhosas para difíceis problemas técnicos que surgiram no final do século xix.

No século xviii, a Suíça tinha uma importante indústria têxtil — a maior a seguir à Inglaterra —, mas baseava-se em processos manuais e em trabalho a tempo parcial. Na última década do século xviii, a indústria de fiação de algodão, em especial, foi praticamente eliminada pela concorrência da indústria britânica, mais avançada. Após altos e baixos durante e imediatamente a seguir ao período napoleónico, a indústria despertou, e até prosperou. Tinha uma combinação invulgar de tecnologias: fiação mecanizada — na maior parte utilizando energia hidráulica, e não vapor, e que empregava a mão-de-obra barata de mulheres e crianças —, mas tecelões artesanais, que persistiram muito depois de os seus pares britânicos terem desaparecido (Fig. 10.2). Isso foi possível porque se concentraram em tecidos de alta qualidade, incluindo bordados, e aperfeiçoaram o próprio tear, incorporando elementos do tear de Jacquard, inventado anteriormente, nesse mesmo século, para a indústria da seda. Por fim, os aperfeiçoamentos incluíam a mecanização, mas ainda com requisitos especiais de elevada qualidade. Em 1900, os teares manuais eram raridades.

Embora mais tradicional que a indústria do algodão, a indústria da seda acabou, na verdade, por dar uma maior contribuição ao crescimento económico suíço no século xix, em termos de emprego e de exportação, que a primeira. Também passou por um processo

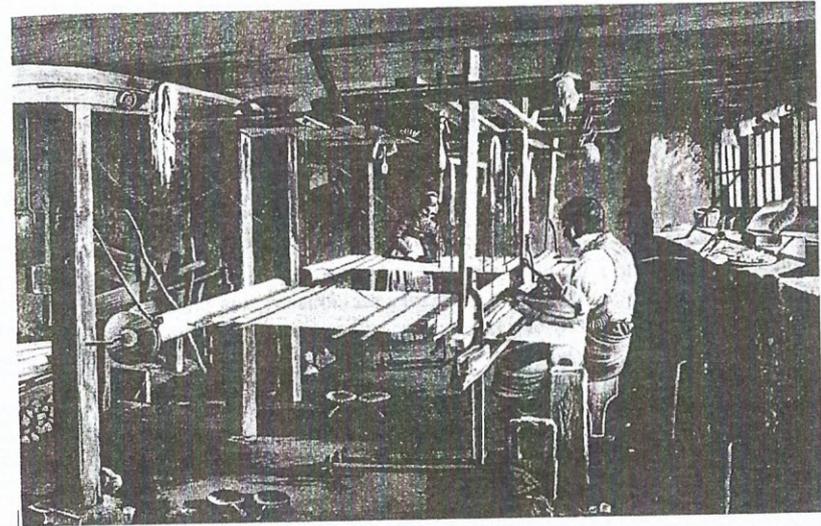


FIGURA 10.2 — Tecelão manual suíço. Os Suíços especializaram-se em tecidos artesanais de alta qualidade. Nesta imagem pode ver-se um tecelão a trabalhar na sua oficina, numa cave, auxiliado pela sua esposa, por volta de 1850. (Museu Nacional Suíço, Zurique.)

de modernização tecnológica. A Suíça tinha indústrias de lanifícios e de linho muito pequenas, igualmente concentrada em produtos de qualidade, e fabricava algum vestuário, calçado e outros artigos em pele. Globalmente, os têxteis e produtos afins dominaram as exportações suíças ao longo do século. Em valores correntes, aumentaram de cerca de 150 milhões de francos na década de 1830 para mais de 600 milhões de francos em 1912-13. Todavia, em termos de proporção das exportações totais, caíram, no mesmo período, de cerca de três quartos para ligeiramente menos de metade.

As indústrias que alcançaram os têxteis no abastecimento dos mercados de exportação incluíram tanto as indústrias tradicionais como outras que foram criações do próprio processo de industrialização. Foram elas, por ordem de importância nas vésperas da I Guerra Mundial, a da maquinaria e dos produtos de metal especializados, a dos produtos alimentares e bebidas, a dos relógios, de parede e de pulso, e a dos químicos e fármacos. Devido à total falta de jazidas de carvão e de pequenas jazidas de minério de ferro, a Suíça, sensatamente, não tentou desenvolver uma indústria primária do ferro (a pequena indústria do ferro a carvão vegetal do maciço de Jura desapareceu na primeira metade do século); mas, com base em matérias-primas importadas, desenvolveu uma importante indústria de transformação de metais. Começou na década de 1820, com o fabrico de maquinaria para a indústria da fiação de algodão, e, dada a importância da energia hidráulica para a economia, não é surpreendente que se tenha expandido de modo a incluir a produção de rodas hidráulicas, turbinas, engrenagens, bombas,

válvulas e uma série de outros produtos altamente especializados e de alto valor. Quando chegou a era da electricidade, a indústria rapidamente se voltou para o fabrico de maquinaria eléctrica; de facto, os engenheiros suíços contribuíram com muitas inovações importantes para a nova indústria, especialmente na área da hidroelectricidade. O declínio do consumo *per capita* de carvão depois de 1900, em primeiro lugar devido à electrificação dos caminhos-de-ferro (cf. Fig. 10.1), é um vívido testemunho.

A indústria de lacticínios, muito famosa pelos seus queijos, converteu a sua produção de um processo manual para um processo fabril, assim expandindo grandemente a produção e a exportação. A indústria também desenvolveu a produção de leite condensado (com base numa patente americana) e criou duas indústrias paralelas, a produção de chocolate e de alimentos pré-confeccionados para bebé. A outra indústria tradicional, o fabrico de relógios, continuou a ser caracterizada pelo trabalho manual (embora frequentemente a tempo parcial) de artesãos altamente especializados e por uma minuciosa divisão do trabalho. Foi desenvolvida alguma maquinaria especializada para a indústria, sobretudo para a produção de peças padronizadas e permutáveis; mas a montagem final continuou a ser um processo manual.

Por fim, a indústria química desenvolveu-se em resposta ao próprio processo de industrialização. Pobre em recursos naturais, a Suíça não tinha uma indústria pesada, orgânica ou química, que valha a pena referir. Em 1859 e 1860, após a descoberta dos corantes artificiais, duas pequenas empresas começaram a fabricá-los em Basileia para abastecer a indústria local de rendas. Mais tarde juntaram-se-lhes mais duas empresas. Significativamente, embora as quatro tivessem começado por fornecer a indústria local, depressa chegaram à conclusão de que não conseguiam competir com as empresas alemãs no fornecimento de grandes quantidades de corantes padronizados; começaram, assim, a especializar-se em artigos exóticos e muito procurados, de que em pouco tempo tinham um monopólio mundial efectivo. Antes do final do século, venderam mais de 90 por cento da sua produção fora da Suíça. Através das suas próprias pesquisas, também desenvolveram várias especialidades farmacêuticas. No começo do século xx, a indústria, que empregava menos de 10 mil trabalhadores, representava 5 por cento do total das exportações suíças. As suas exportações ascendiam a mais de 7500 francos por trabalhador, mais do dobro da indústria de relojoaria e o quádruplo da indústria têxtil. Em termos globais, era a segunda maior do mundo; embora atingisse apenas um quinto da produção alemã, produzia tanto como o resto do mundo junto.

Provavelmente, nenhum outro país da Europa se transformou tão radicalmente com o advento dos caminhos-de-ferro como a Suíça, mas, paradoxalmente, nenhuma outra rede ferroviária era, globalmente, menos lucrativa. Aparentemente, os investidores suíços anteviram pelo menos esta última possibilidade, pois mostraram-se extremamente relutantes em nela investir, preferindo a dos Estados Unidos, e deixaram o grosso do investimento na sua rede para os investidores estrangeiros (principalmente franceses). A construção começou em pleno na década de 1850; 1882 viu a conclusão do primeiro túnel alpino, o de Gotthard. Na década de 1890, em resultado da forte construção e dos custos de manutenção e da baixa densidade do tráfego, a maior parte dos caminhos-de-ferro estava na falência ou para lá caminhava. Em 1898, o Governo Suíço comprou os caminhos-de-ferro aos seus proprietários (em grande parte estrangeiros) por uma fracção do seu custo real. Pouco depois, empreendeu a sua electricificação.

As tendências firmadas na segunda metade do século xix mantiveram-se no século xx: o declínio da importância relativa da agricultura, o crescimento da indústria e (ainda mais acentuadamente) dos serviços e a dependência permanente da procura internacional, especialmente do turismo (a partir da década de 1870) e dos serviços financeiros (a partir da I Guerra Mundial). Na década de 1960, as indústrias de máquinas e metalúrgica representavam cerca de 40 por cento dos lucros de exportação, a química e a farmacêutica 20 por cento, a relojeira 15 por cento, a têxtil 12 por cento e a alimentar e das bebidas 5 por cento.

Países Baixos e Escandinávia

Pode parecer incongruente associar os Países Baixos aos países escandinavos numa discussão sobre o padrão de industrialização; na verdade, é bastante lógico. As características comuns dos países escandinavos que levam frequentemente a que sejam, nos debates, considerados conjuntamente são culturais, não económicas. Em termos de estrutura económica, os Países Baixos têm mais em comum com a Dinamarca que qualquer deles com a Noruega e a Suécia. O habitual emparelhamento dos Países Baixos com a Bélgica revela que esta foi um dos primeiros países a ser industrializados, ao contrário daqueles; que a Bélgica tinha carvão e desenvolvera uma indústria pesada, os Países Baixos não; e, para lá disso, que a comparação não é muito útil. Por outro lado, a comparação com outros países de industrialização tardia mas bem sucedida, apesar das diferenças de recursos, revela mais acerca do processo de industrialização, especialmente da industrialização tardia.

Todos esses quatro países, depois de permanecerem consideravelmente atrasados em relação aos condutores da primeira metade do século, dispararam rapidamente na segunda metade e, em particular, nas duas ou três últimas décadas. No período de 1870 a 1913, a Suécia teve a maior taxa de crescimento *per capita* da produção de todos os países da Europa, a 2,3 por cento. A Dinamarca secundou-a, com 2,1 por cento. A Noruega, a 1,4 por cento, tinha aproximadamente a mesma taxa de crescimento *per capita* que a França. Não há valores comparáveis disponíveis para os Países Baixos, mas outros dados indicam que também eles conheceram uma elevada taxa de crescimento. Em 1914, estes quatro países, juntamente com a Suíça, tinham alcançado padrões de vida comparáveis aos dos primeiros países continentais industrializados. Devido ao seu começo mais tardio e à sua carência de carvão, é importante compreender as fontes do seu sucesso.

Todos eles, como a Bélgica e a Suíça, tinham pouca população. No princípio do século xix, a Dinamarca e a Noruega tinham menos de 1 milhão de habitantes, enquanto a Suécia e os Países Baixos não chegavam aos 2,5 milhões de habitantes. Todos tiveram taxas de crescimento moderadas no decurso do século, tendo a Dinamarca a mais alta e a Suécia a mais baixa; mas, em 1900, todos tinham já mais que duplicado a sua população. A densidade populacional variou muito. Os Países Baixos tinham uma das maiores densidades da Europa, ao passo que a Noruega e a Suécia tinham a mais baixa, inferior mesmo à da Rússia. A Dinamarca estava no meio, mas estava mais perto dos Países Baixos.

Considerando o capital humano como uma característica da população, podemos dizer que todos estes quatro países estavam extremamente bem dotados. Tanto em 1850 como em 1914, os países escandinavos tiveram as taxas de alfabetização mais elevadas da Europa, ou do mundo, e os Países Baixos estavam bastante acima da média europeia. Este facto foi de valor inestimável na ajuda das economias nacionais a encontrar os seus nichos nas correntes em expansão e em constante mutação da economia internacional.

Com respeito às fontes, o facto mais significativo é que aos quatro, como também à Suíça mas ao contrário da Bélgica, faltavam jazidas de carvão. Esta é indubitavelmente a principal razão por que não estiveram entre os precursores da industrialização e por que não desenvolveram um sector industrial pesado apreciável. Quanto a outros recursos naturais, a Suécia era o país mais dotado de abundantes depósitos de minérios, tanto fosfóricos como não fosfóricos (e também minérios metálicos não ferrosos, mas estes tinham menos importância), de vastas extensões de madeira virgem e de energia hidráulica. A Noruega também possuía madeira, alguns minérios metálicos e um enorme potencial hidroeléctrico. A energia hidráulica foi, na Suécia e na Noruega, um factor significativo no seu desenvolvimento do início do século XIX — em 1820, a Noruega tinha entre 20 e 30 mil moinhos de água —, mas tornou-se particularmente importante com o aproveitamento da energia hidroeléctrica depois de 1890. A Dinamarca e os Países Baixos estavam quase tão desprovidos de energia hidráulica como de carvão. Tinham alguma energia eólica, que não era negligenciável, mas que dificilmente podia servir de base a um grande desenvolvimento industrial.

A localização foi um factor importante para todos os quatro países. Ao contrário da Suíça, completamente cercada por terra, todos tinham acesso imediato ao mar. Isso teve importantes implicações para um significativo recurso natural internacional, o peixe, bem como para o transporte barato, as marinhas mercantes e a indústria de construção naval. Cada um aproveitou estas oportunidades à sua maneira. Os Holandeses, com uma longa tradição de pesca e marinha mercante, mas mais recentemente de algum modo moribundas, tiveram dificuldade em desenvolver bons portos adequados a navios a vapor; acabaram por fazê-lo em Roterdão e em Amesterdão, com resultados espectaculares para o comércio em trânsito para a Alemanha e para a Europa Central e para o processamento de produtos alimentares e matérias-primas ultramarinos (açúcar, tabaco, chocolate, cereais, e até petróleo). A Dinamarca também tinha uma venerável história comercial, especialmente em relação ao tráfego através do Sund. Em 1857, em troca dum pagamento de 63 milhões de *kronor* por outras nações comerciais, a Dinamarca aboliu os direitos de portagem da Alfândega de Mar, que cobrava desde 1497, a par doutras mudanças políticas no sentido do comércio livre. Isto resultou num aumento significativo do tráfego através da Alfândega de Mar e no porto de Copenhaga. Na primeira metade do século, a Noruega tornou-se um grande fornecedor de peixe e de madeira no mercado europeu, e na segunda metade detinha a segunda maior marinha mercante (depois da Grã-Bretanha). A Suécia, embora tivesse desenvolvido a sua marinha mercante mais lentamente, beneficiou do levantamento de restrições no comércio internacional em geral e da redução das tarifas de transporte nas suas avultadas exportações de madeira, ferro e avelã.

As instituições políticas dos quatro países não colocaram barreiras significativas à industrialização ou ao crescimento económico. O acordo pós-napoleónico desligou a

Noruega da coroa da Dinamarca e ligou-a à da Suécia, da qual se dissidiu pacificamente em 1905, mas a Suécia perdeu a Finlândia para a Rússia em 1809. O Congresso de Viena criou o Reino Unido dos Países Baixos, que agrupava as províncias da antiga República Holandesa com as províncias do Sul, que se separaram, não muito pacificamente, para virem a formar a moderna Bélgica em 1830. Em 1864, a Prússia e a Áustria apoderaram-se dos ducados dinamarqueses do Eslésvico e da Holsácia. Por outro lado, o século passou numa forma relativamente pacífica, verificando-se uma democratização notória nem projectos estatais grandiosos, embora em todos eles o Governo tivesse dado alguma ajuda às vias-férrreas e, na Suécia, como na Bélgica, o Estado tivesse construído as linhas principais. Como os países pequenos dependiam de mercados estrangeiros, seguiram essencialmente uma política comercial liberal, embora na Suécia se tivesse desenvolvido um movimento proteccionista. Na Dinamarca e na Suécia, os dois países cuja estrutura agrária mais se assemelhava às do Antigo Regime, as reformas agrárias efectuaram-se gradualmente, a partir do fim do século XVIII, ao longo da primeira metade do século XIX. As reformas resultaram na completa abolição dos últimos vestígios de servidão e na criação duma nova classe de camponeses-proprietários independentes com uma pronunciada orientação de mercado.

O factor chave do sucesso destes países (a par da elevada alfabetização, que para ele contribuiu), como na Suíça e em contraste com outros países de industrialização tardia, foi a sua capacidade de adaptação à divisão internacional do trabalho determinada pelos primeiros industrializadores e de demarcação das áreas de especialização em mercados internacionais para que estavam particularmente ajustados. Isto significou, evidentemente, uma grande dependência do comércio internacional, que tinha flutuações notórias; mas também significou elevados lucros para aqueles factores de produção suficientemente venturosos para estarem bem situados em tempos de prosperidade. Na Suécia, as exportações representaram, em 1870, 18 por cento do rendimento nacional, e em 1913 já 22 por cento de um rendimento nacional muito maior. No princípio do século XX, a Dinamarca exportou 63 por cento da sua manteiga agrícola: manteiga, produtos porcinos e ovos. Exportou 80 por cento da sua produção agrícola: manteiga, produtos porcinos e ovos. Exportou 80 por cento da sua manteiga, quase toda para a Grã-Bretanha, onde conquistou 40 por cento das importações britânicas de manteiga. As exportações norueguesas de madeira, peixe e serviços de transporte marítimo representaram 90 por cento das exportações totais — cerca de 25 por cento do rendimento nacional — logo na década de 1870; por inícios do século XX, essas exportações contribuíram com mais de 30 por cento para o rendimento nacional, sendo os serviços de navegação, por si sós, responsáveis por 40 por cento dos ganhos externos. Os ganhos externos dos Países Baixos também dependiam fortemente do sector dos serviços. Em 1909, 11 por cento da mão-de-obra dedicava-se ao comércio e 7 por cento aos transportes. Globalmente, o sector dos serviços empregava 38 por cento da força de trabalho e produzia 57 por cento do rendimento nacional.

Embora esses países tenham entrado em força no mercado mundial em meados do século XIX, com a exportação de matérias-primas e bens de consumo ligeiramente refinados, tinham todos desenvolvido indústrias altamente sofisticadas no começo do século XX. A isto se tem chamado «industrialização contra a corrente»; isto é, um país que em tempos exportara matérias-primas começa a processá-las e a exportá-las sob



FIGURA 10.3 — *Serração sueca. A madeira era a maior exportação sueca em meados do século XIX. Empresários suecos construíram serrações na foz dos rios, como é o caso desta em Skutskär na década de 1860, para lucrarem com a madeira serrada, mais valiosa. (De An Economic History of Sweden, de E.F. Heckscher, Cambridge, Mass., 1954. Desenho de Robert Haglund.)*

a forma de bens semifabricados e acabados. O comércio de madeira da Suécia e da Noruega é um exemplo excelente. No começo, a madeira era exportada em troncos a serem serrados em pranchas no país importador (Grã-Bretanha); na década de 1840, empresários suecos construíram serrações a energia hidráulica (mais tarde a vapor) para converterem, na Suécia, os troncos em tabuado (Fig. 10.3). Nas décadas de 1860 e de 1870, foram introduzidos processos de fabrico de papel a partir de polpa de madeira, primeiro por meios mecânicos, e depois químicos (estes de invenção sueca); a produção de polpa de madeira cresceu rapidamente no resto do século. Bem mais de metade da produção total foi exportada, principalmente para a Grã-Bretanha e para a Alemanha, mas os próprios Suecos passaram a consumir uma quantidade cada vez maior, e exportaram o papel com um valor acrescentado superior. A indústria do ferro seguiu um padrão semelhante. Embora o preço do ferro sueco fundido a carvão vegetal não pudesse competir com o do fundido a coque ou com o do aço de Bessemer, a sua superior qualidade tornou-o especialmente valioso para produtos como rolamentos de esferas, na produção dos quais a Suécia se especializou (e é ainda especialista).

Investigadores de cada um dos quatro países têm debatido o momento das suas respectivas revoluções ou arranques industriais. As décadas de 1850, 1860 e 1870 — e mesmo décadas anteriores ou posteriores — têm os seus partidários, mas o que os debates revelam, principalmente, é a artificialidade e irrelevância desses dois conceitos. Na verdade, todos os quatro países tiveram taxas de crescimento bastante satisfatórias, apesar de sofrerem flutuações cíclicas, desde pelo menos meados do século até à década de 1890. Depois, nas duas décadas que precedem imediatamente a I Guerra Mundial, essas taxas de crescimento, já por si satisfatórias, aceleraram, especialmente nos países escandinavos, elevando rapidamente os seus níveis de rendimento *per capita* para o nível mais alto no Continente. Sem dúvida que os motivos para esta aceleração são

numerosos e complexos, mas três se destacam de imediato. Em primeiro lugar, o período foi duma prosperidade geral, com preços em ascensão e viva procura. Em segundo lugar, ele foi, na Escandinávia, marcado por importações de capital em larga escala (os Países Baixos foram, por outro lado, neste período, exportadores de capital); mais se dirá sobre isto no Capítulo 11. Por fim, o período coincidiu com a rápida expansão da indústria eléctrica.

A electricidade foi uma grande bênção para as economias dos quatro países. A Noruega e a Suécia, com o seu vasto potencial hidroeléctrico, foram especialmente favorecidas; mas mesmo a Dinamarca e os Países Baixos, que podiam importar carvão relativamente barato da região carbonífera do nordeste da Grã-Bretanha (e os Países Baixos também do Ruhr, através do Reno), beneficiaram muito com a electricidade gerada pelo vapor. Ao longo do século, os Holandeses tiveram o consumo mais elevado *per capita* de entre os países pobres em carvão, ao passo que a Dinamarca, com o segundo maior consumo *per capita*, disparou notoriamente depois de 1890. Os quatro países desenvolveram rapidamente importantes indústrias para o fabrico de maquinaria e produtos eléctricos (por exemplo, lâmpadas eléctricas nos Países Baixos). Engenheiros suecos e, em menor escala, noruegueses e dinamarqueses tornaram-se pioneiros da indústria eléctrica. (Por exemplo, a Suécia foi o primeiro país a fundir ferro em larga escala recorrendo à electricidade, sem necessitar de carvão; em 1918 produziu 100 mil toneladas através deste método, cerca de um oitavo da sua produção total de ferro-gusa.) Não menos importante, a electricidade permitiu aos países desenvolverem indústrias de fabricação de artigos em metal, de maquinaria e de máquinas-ferramenta (incluindo a construção naval) sem recorrerem a indústrias carboníferas ou de metais simples.

Em resumo, a experiência dos países escandinavos, como a da Suíça, mostra que foi possível desenvolver indústrias sofisticadas e um elevado padrão de vida sem recursos internos de carvão ou indústrias pesadas e que não há um modelo único para uma industrialização de sucesso.

Império Austro-Húngaro

A Áustria-Hungria, ou as terras dominadas antes de 1918 pela Monarquia Habsburga, teve, no século XIX, uma reputação de certa forma injustificada de atraso económico. Este estigma resultou em parte do facto de algumas regiões do Império *serem* realmente atrasadas, e em parte da associação (equivocada) de desempenho económico com desaire político — o desmoronar do Império como consequência da I Guerra Mundial. Mas, acima de tudo, a má interpretação do desempenho económico real tem sido um resultado da ausência, até há poucos anos, de pesquisas rigorosas. Os esforços recentes de vários estudiosos competentes de diferentes nacionalidades possibilitaram a apresentação, com alguma confiança, dum relato mais equilibrado e delicado do progresso da industrialização nos domínios dos Habsburgos.

Temos de começar por realçar dois pontos. Primeiro, ainda mais que a França ou a Alemanha, o Império Habsburgo caracterizou-se pela diversidade e disparidade regionais, estando as províncias ocidentais (especialmente a Boémia, a Morávia e a própria Áustria) economicamente muito mais avançadas que as do Leste. Segundo,

dentro das províncias ocidentais puderam observar-se alguns indícios de crescimento económico moderno logo na segunda metade do século XVIII. Dois outros factores, a serem aprofundados posteriormente, merecem aqui uma breve menção: a topografia, que tornou os transportes e as comunicações internos e internacionais difíceis e dispendiosos, e a exiguidade e deficiente localização dos recursos naturais, especialmente do carvão.

Os começos da industrialização dentro do Império no século XVIII estão agora bem definidos. As indústrias têxteis, do ferro, do vidro e do papel cresceram na própria Áustria e nas terras checas. Colectivamente, as indústrias têxteis eram, de longe, as maiores; predominavam os linhos e as lãs, mas uma incipiente indústria do algodão existia desde, pelo menos, 1763. No princípio, a tecnologia era tradicional; embora houvesse algumas «protofábricas» — grandes oficinas sem energia mecânica — na indústria de lanifícios, a maior parte da produção efectuava-se pelo sistema de colocação doméstica de matérias-primas. A mecanização teve início na indústria do algodão no final do século, estendeu-se à indústria de lanifícios nas primeiras décadas do seguinte e mais lentamente à indústria do linho. Na década de 1840, o Império era superado apenas, no Continente, pela França na produção de artigos de algodão.

Pensava-se que a Revolução de 1848 marcava uma grande linha divisória na história tanto económica como política do Império, mas essa noção tem, hoje, sido desacreditada. Como foi referido, antes da revolução já havia indústrias modernas bem implantadas nas províncias ocidentais; continuaram a expandir-se a um ritmo gradual mas bastante regular. É inegável que na Áustria, como em qualquer outro lugar, o ciclo de negócios produziu flutuações a curto prazo na taxa de crescimento, e fizeram-se muitos esforços para tentar discernir qual dos muitos movimentos ascendentes do século XIX representou o começo da Revolução Industrial (ou arranque); mas sabe-se agora que esses esforços foram em vão.

Impressionado pelo carácter gradual mas cumulativo da industrialização austríaca desde o século XVIII até à I Guerra Mundial, um investigador caracterizou-a como um caso de crescimento económico «vagaroso», mas a palavra *laborioso* talvez fosse mais adequada. Enquanto o primeiro termo evoca a imagem dum homem a flutuar lentamente dentro duma barçaça num ribeiro calmo, o último sugere um homem a subir uma colina íngreme por um caminho mal definido, recheado de obstáculos e impedimentos — seguramente uma metáfora muito mais correcta. Alguns dos obstáculos — o terreno difícil e a falta de recursos naturais — foram impostos pela natureza; outros, como as instituições inimigas do crescimento, foram obra do homem.

Entre os últimos, a persistência da servidão legalizada até 1848 foi o mais anacrónico. Na verdade, porém, a servidão foi um impedimento menos significativo do que poderia pensar-se. As reformas de José II na década de 1780 permitiram aos camponeses deixar as propriedades dos seus senhores sem penalizações e comerciar as suas colheitas como quisessem. Enquanto permaneciam nas suas terras pagavam renda e impostos aos senhores feudais, mas, para lá disso, o sistema feudal tinha pouca influência. A principal consequência da abolição da servidão em 1848 foi a de permitir aos camponeses a posse livre e sem encargos e a de substituir os impostos pagos ao Estado pelos que eram anteriormente pagos aos seus senhores feudais. Embora possa daí ter resultado alguma melhoria na produtividade agrícola, algumas melhorias

empreendidas por proprietários fundiários nobres já estavam a caminhar naquela direcção.

A abolição, em 1850, da fronteira aduaneira entre as metades austríaca e húngara do Império (ou, mais positivamente, a criação duma união aduaneira à escala do Império naquele ano) foi vista por alguns como uma realização progressista e por outros como uma perpetuação do estatuto «colonial» da metade oriental. Embora, provavelmente, a união aduaneira tenha facilitado a divisão territorial do trabalho, o padrão de exportação austríaca de produtos fabris para a Hungria e exportação de produtos agrícolas húngaros para a Áustria estava já bem definido antes de 1850. Os alegados efeitos perniciosos da união aduaneira para a parte oriental do Império já não são tidos como tais.

Outro obstáculo institucional a um crescimento económico mais rápido foi a política comercial externa da Monarquia. Ao longo do século manteve-se firmemente proteccionista, o que facilitou o objectivo da Prússia de a excluir do Zollverein. As elevadas tarifas limitaram não apenas as importações mas também as exportações, porque as indústrias protegidas, que o eram a custo elevado, eram incapazes de competir nos mercados mundiais. No começo do século XX, o comércio externo da minúscula Bélgica excedeu o da Áustria-Hungria em valor absoluto; em termos *per capita* excedeu-o muitas vezes. É inegável que a posição geográfica e a topografia do Império contribuíram para a sua fraca imagem no comércio internacional e que a sua união aduaneira interna, que abrangia as áreas industrial e agrícola, compensou em certa medida o seu limitado acesso aos mercados estrangeiros e às fontes de abastecimento; mas a política comercial tem de ser encarada como uma razão, embora pouco significativa, para o desempenho relativamente pobre do Império.

Razão de peso tanto para o lento crescimento como para a desigual difusão da indústria moderna foram os níveis de educação e alfabetização, componentes da maior importância do capital humano. Embora os níveis de alfabetização para a metade austríaca do Império fossem sensivelmente iguais aos da França e da Bélgica em meados do século XIX, estavam muito desigualmente distribuídos. Em 1900, a percentagem de adultos classificados como alfabetizados variava entre 99% em Vorarlberg e 27% na Dalmácia; as taxas de alfabetização na metade húngara eram ainda mais baixas e revelam o mesmo declive oeste-leste. Dentro do Império como um todo, existia uma grande correlação entre níveis de alfabetização e níveis de industrialização e de rendimentos *per capita*.

Apesar dos obstáculos, quer naturais quer institucionais, houve industrialização e crescimento económico na Áustria ao longo do século, bem como na Hungria da última parte do século. Cálculos da taxa de crescimento da produção industrial *per capita* da Áustria, na primeira metade do século, variam entre 1,7 por cento e 3,6 por cento por ano, e essa taxa cresceu um pouco na segunda metade do século. Na Hungria, depois de esta parte da Monarquia ganhar autonomia e um governo próprio, graças ao Compromisso de 1867, verificaram-se taxas de produção industrial ainda superiores. (Temos, porém, que ter em mente a reduzida dimensão da base estatística para evitar excesso de ênfase da rapidez do crescimento.)

Os transportes tiveram um papel crucial no desenvolvimento económico do

Império. Como muito do país era montanhoso, ou rodeado por montanhas, o transporte terrestre era dispendioso, e o transporte marítimo inexistente nas regiões montanhosas. Ao contrário dos primeiros países a industrializarem-se, a Áustria-Hungria tinha poucos canais. O Danúbio e mais alguns grandes rios corriam para sul e para leste, longe dos mercados e dos centros industriais. Só na década de 1830, com o advento das embarcações fluviais a vapor, é que aqueles puderam ser navegados contra a corrente.

Como já foi referido (cf. p. 235), as primeiras vias-féreas localizavam-se principalmente na própria Áustria e nas terras checas. Depois de meados do século, e especialmente depois do Compromisso de 1867, a Hungria conseguiu mais. O resultado consolidou a já estabelecida divisão geográfica do trabalho dentro do Império. Na década de 1860, mais de metade das mercadorias transportadas nos caminhos-de-ferro húngaros consistiu em cereais e farinha. O tráfico de farinha permitiu, todavia, à Hungria começar a industrializar-se. Na última parte do século, Budapeste tornou-se o maior centro de moagem da Europa, e a nível mundial só foi superada por Minneapolis. Também fabricava, e até exportava, maquinaria de moagem, e no final do século começou igualmente a fabricar maquinaria eléctrica. Porém, na sua maior parte, a produção industrial húngara consistia em bens de consumo, especialmente produtos alimentares. Estes incluíam, além da farinha, açúcar refinado (a partir de beterraba), frutas em conserva, cerveja e bebidas alcoólicas. Estas eram as respostas da Hungria à ênfase da Áustria e da Boémia nos têxteis.

O Império tinha alguma indústria pesada. Há muitos séculos que existia, nas regiões alpinas, uma indústria do ferro alimentada a carvão vegetal, e a Boémia também tinha uma longa tradição de metalurgia, tanto em metais ferrosos como não ferrosos. Com o advento da fundição do minério de ferro a coque, as indústrias do carvão vegetal declinaram gradualmente, mas na Boémia e na Silésia Austríaca, de algum modo mais bem dotadas de carvão que o resto do Império, as indústrias metalúrgicas modernas desenvolveram-se da década de 1830 em diante. Estas indústrias incluíam, não apenas a produção primária de ferro-gusa, como também a refinação e o fabrico, a par de algumas fábricas de maquinaria e de máquinas-ferramenta. Também se criaram algumas indústrias químicas pesadas. Nas vésperas da I Guerra Mundial, as terras checas eram responsáveis por mais de metade da produção industrial «austríaca», incluindo cerca de 85 por cento de carvão e lignito, três quartos da produção química e mais de metade de toda a produção de ferro. Também se expandiram algumas indústrias bastante sofisticadas na Áustria Inferior, especialmente em Viena e nos seus subúrbios. Wiener Neustadt era, já na década de 1840, a localização duma fábrica de locomotivas.

Alguns dos problemas que afligiriam a indústria pesada austríaca estão ilustrados na Figura 10.4, que mostra a evolução da produção e consumo *per capita* de carvão na Alemanha, na França, na Áustria e na Rússia. De cerca de 1880 em diante, as produções austríaca e francesa mantiveram-se sensivelmente a par — ambas muito atrás da da Alemanha, mas muito à frente da produção russa —, mas o consumo francês era um pouco mais elevado graças às importações. (Na verdade, a Áustria tinha um pequeno excedente para exportação, que atravessou a fronteira para a vizinha Alemanha durante algumas décadas do final do século.) O que a figura não revela é o facto de cerca de dois terços da produção austríaca serem de lignito inferior (ou carvão castanho), desadequado a fins metalúrgicos. E também não revela a localização das jazidas; na sua maior parte situavam-se na parte setentrional do país (as terras checas), especialmente

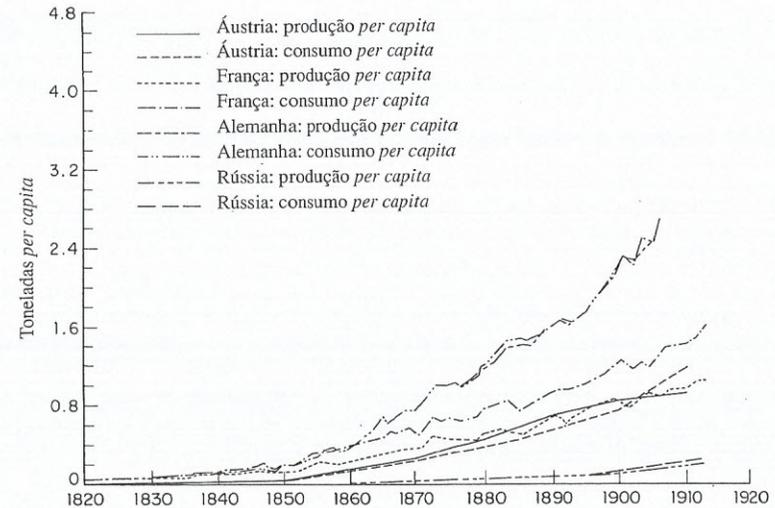


FIGURA 10.4 — Produção e consumo de carvão, 1820-1913. (De *European Historical Statistics, 1750-1970*, de B.R. Mitchell, Nova Iorque, 1975.)

ao longo da fronteira setentrional com a Alemanha, o que justifica o facto de a Alemanha, rica em carvão, poder importar carvão da Áustria, que dele carecia, ao longo do curso do Elba. A produção húngara de carvão (não incluída na Fig. 10.4) era inferior a um quarto da da Áustria e estava ainda mais virada para o lignito. Mesmo assim, o Reino sustentou uma pequena (e subsidiada) indústria do ferro e do aço a partir do final da década de 1860.

Em resumo, a Monarquia Habsburga, que em termos industriais tinha estado ao mesmo nível ou mesmo à frente dos desunidos Estados Alemães na primeira metade do século XIX, caiu para muito atrás do crescimento industrial do Império Alemão Unificado após 1871. No entanto, a imagem não é tão desoladora como costumava pensar-se. Na metade ocidental (austríaca) da Monarquia, a indústria continuou a crescer, regular se não espectacularmente, ao passo que a da metade oriental (húngara) disparou depois de aproximadamente 1867. No começo do século XX, a parte ocidental encontrava-se sensivelmente no mesmo nível de desenvolvimento da média da Europa Ocidental; a região oriental, embora muito atrás da ocidental, estava, apesar de tudo, bem à frente do resto da Europa Oriental.

Europa Meridional e Oriental

Os padrões de industrialização dos restantes países da Europa — os países mediterrânicos, o sudeste da Europa e a Rússia Imperial — podem ser analisados mais sumariamente. Uma característica comum é o insucesso em se industrializarem

significativamente antes de 1914, com os consequentes baixos níveis de rendimento *per capita* e uma elevada incidência de pobreza. Se atentarmos, não em agregados nacionais mas em regiões individuais, como faremos resumidamente mais adiante, descobrimos uma marcada variação regional, como com a França, a Alemanha, a Monarquia Habsburgo e mesmo a Grã-Bretanha. No entanto, as poucas «ilhas de modernidade» permaneceram rodeadas por mares de atraso.

Uma razão para tal é uma segunda característica comum: níveis abissalmente baixos de capital humano. Os Quadros 8.3 e 8.4 ilustram-no. Entre as maiores nações, a Itália, a Espanha e a Rússia situavam-se em último lugar, quer em termos de taxas de alfabetização adulta quer em termos de taxas de frequência da escola primária, e os países mais pequenos do sudeste da Europa não se distanciavam muito. Quanto a matrículas na escola primária, a Roménia e a Sérvia estavam à frente da Rússia, mas atrás da Espanha e da Itália.

Os países mais atrasados partilhavam uma terceira característica comum que teve um peso importante nas suas possibilidades de desenvolvimento económico: a falta de qualquer reforma agrária significativa, com consequentes baixos níveis de produtividade agrícola. Neste capítulo e no capítulo anterior, as análises aos padrões de industrialização dos demais países mal referiram o sector agrário, já que todos tinham atingido níveis relativamente altos de produtividade agrícola. Como o Capítulo 7 esclareceu, referindo-se à Grã-Bretanha, é necessária uma produtividade agrícola elevada para qualquer processo extensivo de industrialização, tanto para fornecer a parcela urbana e industrial da população com alimentos e matérias-primas, como, em particular, para libertar mão-de-obra para ocupações industriais (e outras não agrícolas). Em meados do século XIX, a proporção de mão-de-obra empregada na agricultura variava de uns baixos 20 por cento na Grã-Bretanha até cinquenta a 60 por cento nos outros pioneiros da industrialização, atingia cerca de 60 por cento em Itália, mais de 70 por cento em Espanha e mais de 80 por cento na Rússia e no sudeste da Europa. No princípio do século XX, as proporções tinham caído para menos de 10 por cento na Grã-Bretanha, cerca de 20 por cento na Bélgica, na Suíça e nos Países Baixos e trinta a 40 por cento em França e na Alemanha, mas mantinham-se acima dos 50 por cento na Itália, em cerca de 60 por cento na Península Ibérica e acima de 70 por cento na Rússia e nos Balcãs.

Pode mesmo, por fim, referir-se uma quarta característica comum às nações atrasadas: todas sofreram, em diferentes graus, de governos autocráticos, autoritários, corruptos e ineficientes. Embora os países industrializados também tenham, de tempos a tempos, passado por períodos de governo autoritário, a relação desta com as outras características comuns, em especial os baixos níveis de capital humano, merece uma investigação mais aprofundada.

Isto quanto às características comuns. Os países também diferiram em aspectos significativos. Atentemos agora nas características distintivas das suas respostas, ou não respostas, à oportunidade de industrialização e de desenvolvimento económico.

Península Ibérica

No século XIX, as histórias económicas da Espanha e de Portugal são tão semelhantes, que é conveniente analisá-las como se de uma se tratasse. Ambas emergiram das Guerras Napoleónicas com sistemas económicos primitivos, e mesmo arcaicos, e regimes políticos reaccionários. Este último aspecto fomentou sublevações revolucionárias em ambos os países em 1820; embora as revoluções acabassem por se frustrar, conduziram a guerras civis endémicas que interferiram com a actividade económica normal e impossibilitaram qualquer política económica coerente. Finanças públicas deploráveis afligiram ambos os países. Durante as guerras civis, ambos os lados (em ambos os países) contraíram empréstimos no estrangeiro para suportar os seus esforços militares. Os derrotados, obviamente, não pagaram, mas mesmo os vencedores foram muito pressionados para pagarem as suas dívidas, e no fim também não pagaram a totalidade. Em Espanha, a seguir aos prejuízos e destruição das Guerras Napoleónicas, a perda das colónias americanas (com a excepção de Cuba, de Porto Rico e das Filipinas, que foram perdidas na sequência da Guerra Hispano-Americana de 1898) resultou numa redução drástica das receitas públicas entre 1800 e 1830. Défices governamentais crónicos levaram a manipulações do sistema bancário, à inflação monetária e à contracção de empréstimos externos, mas a reputação de solvabilidade do Governo era tão fraca, que os termos em que podia contrair empréstimos eram extremamente onerosos. Um empréstimo de 1833 mobilizou apenas 27 por cento do capital nominal. Antes de o século terminar, ambos os países se negaram a reconhecer pelo menos uma parte das suas dívidas em mais que uma ocasião.

A baixa produtividade agrícola permaneceu uma fraqueza estrutural de ambas as economias. Mesmo em 1910, o sector primário, sobretudo a agricultura, empregava cerca de 60 por cento da força de trabalho em Espanha, e pelo menos o mesmo em Portugal. Mas não se tratava, na sua maior parte, duma agricultura comercial. Um estudioso caracterizou a economia espanhola do século XIX como uma «economia dual», com um extenso sector agrícola de subsistência, por um lado, e um pequeno sector agro-comercial interagindo com um ainda mais pequeno sector urbano industrial, comercial e terciário, por outro. Na década de 1840, um decreto governamental exigindo o pagamento de impostos em dinheiro em vez de em espécie levou a uma revolta dos camponeses, dado não haver mercados onde pudessem vender os seus produtos.

A Espanha ensaiou uma reforma agrária, mas que resultou em fiasco completo. Como o governo da França Revolucionária, também confiscou as terras da Igreja, das municipalidades e dos aristocratas que se lhe opuseram nas guerras civis, com a intenção de as vender aos camponeses; mas as exigências das finanças públicas eram tão grandes, que o Governo acabou por vendê-las em leilão aos melhores licitantes (que puderam pagar com obrigações do Tesouro desvalorizadas, a valor facial); o resultado foi que a maior parte da terra acabou na posse dos que já eram abastados, tanto aristocratas como a burguesia urbana. Os camponeses limitaram-se a suportar a substituição duma série de proprietários absentistas por outra, sem qualquer melhoria da tecnologia ou investimento em bens de equipamento. Portugal nem sequer tentou uma reforma

agrária. Entretanto, o aumento da população de ambos os países resultou no cultivo de mais cereais — o meio de subsistência — em solos inferiores e em menos pastagem para o gado, provocando uma queda acrescida da produtividade.

Apesar desta perspectiva globalmente deprimente, existiram alguns casos interessantes — variações regionais sobre um tema de atraso. Na Catalunha, em Barcelona e seus arredores, desenvolveu-se uma moderna indústria algodoeira na década de 1790 que, graças a tarifas proteccionistas e a um mercado colonial protegido em Cuba e Porto Rico, floresceu até à perda das últimas colónias, em 1900. Existiam indústrias vinícolas vocacionadas para a exportação na Andaluzia (a região de Jerez, de onde o *sherry inglés*¹) e, em Portugal, na região do Porto («Oporto»). Em 1850, os vinhos e as aguardentes representavam 28 por cento das exportações espanholas, mas a temida filoxera, uma doença da vinha que já tinha atingido a França, espalhou-se pela Espanha nas últimas décadas do século, com um efeito devastador. Em 1913, os vinhos não chegavam aos 12 por cento das exportações espanholas.

Entretanto, uma nova fonte de comércio externo, os minerais e os metais, desenvolveu-se para substituir as verbas perdidas com o vinho. As famosas minas de mercúrio de Almadén estavam em exploração desde o século XVI; o mercúrio, embora lucrativo, não teve grande influência na balança de pagamentos. Porém, na década de 1820, a crescente procura externa de chumbo para canalizações resultou na abertura de jazidas de chumbo extremamente ricas no sul da Espanha. Logo em 1827, a exportação de chumbo em bruto ascendia a mais de 8 por cento dos lucros externos totais. Entre 1869 e 1898, altura em que foi ultrapassada pelos Estados Unidos, a Espanha foi a maior produtora mundial de chumbo. Uma nova lei de mineração, em 1868, resultou num grande aumento do número de concessões de exploração de minério, tanto de cobre e ferro como de chumbo, principalmente para fins de exportação. Em 1900, as exportações de minérios e de metais representavam cerca de um terço do total das exportações. Infelizmente para a Espanha, a maior parte das exportações era efectuada em bruto (chumbo e cobre) ou em minério (ferro), com poucos benefícios para a economia interna.

O capital estrangeiro também predominou noutros sectores modernos da economia, especialmente na banca e nos caminhos-de-ferro. Antes de 1850, os desenvolvimentos nestas duas áreas tinham sido insignificantes; a banca era dominada pelo Banco de Espanha, essencialmente um instrumento das finanças governamentais, e no final da década de 1840 apenas tinham sido construídos alguns quilómetros de via-férrea. Na década de 1850, numa das frequentes mudanças de governo, o novo regime deu um encorajamento especial aos investidores estrangeiros (sobretudo franceses) para criarem bancos e construírem ferrovias. E assim o fizeram, com garantias governamentais de dividendos sobre o capital investido nos caminhos-de-ferro durante o período de construção. Infelizmente, quando as principais linhas foram construídas e a garantia de dividendos terminou, os caminhos-de-ferro não tinham desenvolvido um tráfego suficiente para fazer face aos custos de operação, e a maioria das linhas-férreas entrou em falência. Os caminhos-de-ferro foram principalmente construídos com materiais e

¹ E o «xerez» português. (N. do E.)

equipamento importados por engenheiros estrangeiros, e assim, como as minas, poucas vantagens trouxeram para a economia interna. Só no final do século é que os caminhos-de-ferro se tornaram um negócio rentável. Entretanto, a maior parte dos bancos tinha sido liquidada, com lucros maiores ou menores para os seus proprietários estrangeiros, deixando o caminho aberto aos empresários nacionais. Portugal inaugurou em 1856 a sua primeira via-férrea, uma curta linha que partia de Lisboa, e a história dos caminhos-de-ferro portugueses é ainda mais triste que a da Espanha. Construídas com capital estrangeiro (principalmente francês), as suas vias-férreas sofreram com a fraude e a corrupção, bem como com falências, e pouco fizeram pelo desenvolvimento da economia.

A Espanha tinha algumas jazidas de carvão (Portugal nenhuma), mas não eram de boa qualidade e estavam mal localizadas para fins de exploração industrial. Apesar disso, nas duas últimas décadas do século XIX cresceu uma pequena indústria do ferro e do aço ao longo da costa setentrional, nas proximidades de Bilbao. Recorrendo aos ricos minérios de ferro da região e a algum carvão e coque importados, a indústria foi reduzindo lentamente a importação de ferro, aço, ferragens e maquinaria, que não conseguiu, porém, eliminar. No século XX, a região tornou-se uma das mais ricas e economicamente desenvolvidas da Espanha. Nada de semelhante se verificou em Portugal.

Itália

Antes de 1860, a síntese de Metternich da Itália, «uma expressão geográfica», aplicava-se à economia tanto quanto à sua política. Não existia uma «economia italiana». Relegada para a retaguarda da mudança económica desde o começo da Idade Moderna, dividida e dominada por poderes estrangeiros, há muito que a Itália tinha perdido a primazia nos assuntos económicos. Guerras e intrigas dinásticas tornaram-na um campo de batalha para exércitos estrangeiros e alvo de pilhagem de tesouros artísticos de valor incalculável e de formas mais utilitárias de riqueza, enquanto repetidas perturbações monetárias esgotaram as poupanças acumuladas e abalaram a confiança dos investidores.

O Congresso de Viena reimpôs o desconcertante mosaico de principados nominalmente independentes, mas a maior parte, incluindo os Estados Papais e o Reino das Duas Sicílias, estava sob o domínio ou influência do Império Habsburgo. A Áustria anexou directamente a Lombardia e Veneza; duas das províncias economicamente mais avançadas, e antigas sedes de famosas indústrias e de comércio, foram separadas do resto da Itália pelas elevadas barreiras tarifárias da Áustria. O reino da Sardenha, o único Estado genuinamente independente, era uma mistura curiosa, uma nação artificial composta por quatro grandes subdivisões com diferentes climas, recursos, instituições, e até línguas. A ilha da Sardenha, de onde a união recebeu o nome, estiolava-se na estagnação do feudalismo; os seus senhores absentistas não tinham qualquer interesse em melhorar as suas propriedades, e, conseqüentemente, a população iletrada vivia nas condições mais primitivas. A Sabóia, que deu ao Reino, e mais tarde à Itália, a sua dinastia reinante, pertencia cultural e economicamente à França. Génova (e a sua Ligúria do *hinterland*),

o centro comercial, mantivera-se uma república independente durante vários séculos antes de Napoleão. O Piemonte, rodeado de picos montanhosos por três lados, formava uma continuação geográfica da planície lombarda, mas a sua altitude e clima separavam-no também da Lombardia. Continha sensivelmente quatro quintos da população total do Reino de cerca de 5 milhões de habitantes. Antes de 1850 tinha pouca indústria além da fiação de seda e de alguns pequenos estabelecimentos metalúrgicos, mas, sob a chefia de alguns proprietários fundiários dinâmicos, a sua agricultura tornou-se a mais avançada e próspera da Península.

Os diferenciais económicos regionais, importantes em quase todos os países, eram especialmente marcados em Itália. Aí, o clivo norte-sul, ainda hoje evidente, existia desde a Idade Média. Pode ter sido um pouco menos notório no século XIX, dado o atraso generalizado da Península, mas nunca deixou de existir. A produtividade agrícola era mais elevada no Norte, especialmente no Piemonte e no vale do Pó, e havia também alguma indústria. E foi no Norte, economicamente mais desenvolvido, que se iniciou o movimento de unificação nacional.

Depois das prematuras revoluções e tentativas de unificação das décadas de 1820 e 1830 e de 1848-49 terem sido suprimidas pelos Habsburgos, um homem notável destacou-se no reino na Sardenha. Foi o conde Camillo Benso di Cavour — proprietário fundiário e agricultor progressista que também patrocinara um caminho-de-ferro, um jornal e um banco e que, em 1850, se tornou ministro da Marinha, do Comércio e da Agricultura na recentemente criada monarquia constitucional do seu pequeno país. No ano seguinte acumulou a pasta das Finanças, e em 1852 tornou-se primeiro-ministro. Afirmou repetidamente que a ordem financeira e o progresso económico eram as duas «condições indispensáveis» para o Piemonte assumir, aos olhos da Europa, a primazia da Península Itálica. Para alcançar estes objectivos, defendeu o auxílio económico externo, incluindo o investimento de capitais estrangeiros. Imediatamente após a tomada de posse, em 1850, negociou tratados de comércio com todas as nações comerciais e industrialmente mais importantes da Europa. Entre 1850 e 1855, as exportações aumentaram 50 por cento, enquanto as importações quase triplicaram; os investimentos franceses financiaram a conseguinte balança comercial altamente deficitária. Durante o resto da década, os Franceses, com o estímulo de Cavour, construíram caminhos-de-ferro, criaram bancos e outras sociedades anónimas e investiram na crescente dívida pública do Reino.

Uma parte da dívida pública tinha sido contraída para saldar as mal-sucedidas guerras de 1848 e 1849, e ainda mais para preparar a agora triunfante guerra de 1859, em que o reino da Sardenha, com o auxílio militar e financeiro da França, derrotou o Império Austríaco e preparou o caminho para o reino unificado da Itália, em 1861. A nova nação, com uma população total de aproximadamente 22 milhões de habitantes, tinha uma densidade média de oitenta e cinco habitantes por quilómetro quadrado — já uma das maiores da Europa. Com a maior parte da mão-de-obra empregada na agricultura de baixa produtividade, a Itália tinha um longo caminho a percorrer sob as melhores das circunstâncias. A unificação mitigou um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento económico, a fragmentação do mercado; mas sem a exploração das vantagens dos transportes e das comunicações, até esta realização teria sido ilusória.

A extensão da legislação progressista e do sistema administrativo do Piemonte ao reino alargado não conseguiu alterar imediatamente o carácter atrasado das instituições ou o analfabetismo e ignorância da população do resto da Península. Nenhuma lei podia remediar a pobreza de recursos naturais, e apenas a legislação mais sensata e a administração mais judiciosa poderiam superar a escassez de capital. Infelizmente para a Itália, os esforços de Cavour durante esses anos alucinantes levaram à sua morte prematura apenas três meses depois da proclamação do Reino, assim privando o país da sua sensata e inspirada chefia. Aos seus sucessores, embora não fossem menos patriotas, faltavam a sua experiência, delicadeza e, acima de tudo, compreensão subtil das questões económicas e financeiras. A Itália continuou dependente do investimento estrangeiro, especialmente francês, e das relações económicas externas, mas medidas governamentais afastaram repetidamente os investidores estrangeiros e, por fim, em 1887, mergulharam a Itália numa dramática guerra tarifária de dez anos com a França, com consequências desastrosas para ambas as economias.

Perto do fim da década de 1890, após a guerra tarifária com a França e com uma nova injeção de capital estrangeiro, desta vez da Alemanha, a Itália vivenciou um pequeno crescimento industrial que durou, com flutuações, até depois do início da I Guerra Mundial. A Itália não era ainda uma nação industrial, mas tinha feito um começo tardio.

Sudeste da Europa

Os cinco pequenos países que ocupavam o extremo sudeste do Continente Europeu — Albânia, Bulgária, Grécia, Roménia e Sérvia — eram, com a possível excepção de Portugal, os países mais pobres da Europa a ocidente da Rússia. Todos tinham conquistado a independência ao Império Otomano em diferentes datas depois de 1815, a Albânia só em 1913, e a herança do domínio otomano pesou muito nas suas economias. No princípio do século XX eram todos predominantemente rurais e agrários, com setenta ou 80 por cento da mão-de-obra empregada na produção primária e uma proporção semelhante da produção total consistindo em produtos agrícolas. Além do mais, a tecnologia era primitiva e a produtividade e o rendimento *per capita* correspondentemente baixos. Embora não se disponha de dados precisos, números aproximados sugerem que, em média, o rendimento *per capita* era inferior ao da vizinha Hungria, cerca de metade do da Boémia e cerca de um terço do da Alemanha. Havia também uma ligeira variação dentro do grupo, estando a Roménia ligeiramente melhor que os outros e a Albânia na cauda.

Apesar da sua pobreza, taxas de natalidade elevadas, combinadas com taxas de mortalidade moderadamente decrescentes, engendraram um crescimento acentuado da população a partir de meados do século XIX. No meio século que antecedeu a I Guerra Mundial, a população cresceu a aproximadamente 1,5 por cento por ano, uma das mais elevadas taxas de qualquer país ou grupo de países europeus. A pressão da crescente população conduziu a preços mais elevados da terra de cultivo, à fome nos campos, à migração para áreas urbanas e para os países mais desenvolvidos do Ocidente e a alguma migração para outros continentes, especialmente de gregos para os Estados Unidos.

Não havia uma abundância de recursos naturais que aliviasse a pressão populacional. Grande parte da terra era montanhosa e inadequada para cultivo, especialmente na Grécia e, menos marcadamente, na Albânia, na Bulgária e na Sérvia. A Roménia estava mais bem dotada de terra arável, mas, empregando-se técnicas primitivas de cultivo, não era ainda especialmente produtiva. Existiam algumas pequenas jazidas de carvão muito dispersas, mas não o suficiente para tornar qualquer um destes países independente das importações, mesmo considerando a reduzida procura. Também existiam pequenas jazidas de metais não ferrosos, mas mal tinham começado a ser exploradas, pelo capital estrangeiro, quando eclodiu a I Guerra Mundial. O recurso mineral mais importante era o petróleo da Roménia. Várias empresas estrangeiras, sobretudo alemãs, começaram a fazer perfurações na última década do século XIX.

De acordo com o seu carácter agrário, o comércio externo de todos estes países consistia na exportação de produtos agrícolas e na importação de produtos fabricados, principalmente bens de consumo. Os cereais, sobretudo o trigo, representavam cerca de 70 por cento das exportações da Roménia e da Bulgária. A Sérvia, com menos terra arável, exportava principalmente porcos vivos e, pouco antes da guerra, produtos suínos processados, ameixas frescas e secas e a sua famosa aguardente de ameixa, a *slivovica*. A Grécia, com ainda menos terra arável e não muito adequada ao cultivo de cereais, exportava sobretudo uvas e passas de uvas, bem como algum vinho e aguardente.

Em contraste com a lenta difusão de tecnologia agrícola e industrial, a tecnologia institucional de bancos e dívidas externas espalhou-se rapidamente. Em 1885, todos os então quatro Estados dos Balcãs tinham criado bancos centrais com poderes exclusivos de emissão de notas. Bancos comerciais e outras instituições financeiras desenvolveram-se rapidamente, mas com poucas ligações à finança industrial. Os novos governos contraíram empréstimos externos, principalmente em França e na Alemanha, em primeiro lugar para construir vias-férreas e outros tipos de infra-estruturas, mas também para adquirir equipamento militar, pagar estruturas administrativas intumescidas e, cada vez mais, pagar os juros das dívidas anteriormente contraídas. Em 1898, a Grécia chegou a um ponto tão grave de endividamento ao estrangeiro, que teve de concordar com uma Comissão Financeira Internacional criada pelas grandes potências para supervisionar as suas finanças. Por fim, todos os outros Estados dos Balcãs, com excepção da Roménia, tiveram de aceitar uma verificação estrangeira semelhante.

Grande parte dos empréstimos externos foi contraída para a construção de redes ferroviárias, principalmente por conta do Estado. Em 1870, a extensão total de vias-férreas no sudeste da Europa ascendia a menos de 500 quilómetros, sobretudo na Roménia e na Bulgária. Em 1885 chegou aos 2000 quilómetros, em 1900 a mais de 6000 quilómetros, e em 1912 a mais de 8000 quilómetros. Infelizmente, devido à ausência de indústrias complementares, os caminhos-de-ferro tinham pouca articulação com a indústria.

Depois de aproximadamente 1895 emergiu um pequeno sector industrial em cada um dos países, principalmente de indústrias de bens de consumo, mas nada comparável aos desenvolvimentos industriais anteriormente verificados na Europa Ocidental no século XIX. Na prática, pode dizer-se que a indústria moderna não tinha ainda penetrado no sudeste da Europa antes da I Guerra Mundial.

Rússia Imperial

No princípio do século XX, o Império Russo era geralmente considerado como uma das grandes potências. O seu território e população, de longe maiores que os de qualquer outra nação europeia, faziam merecer aquele estatuto. Também em termos económicos brutos a Rússia se destacava: em produção industrial total ocupava o quinto lugar mundial, depois dos Estados Unidos, da Alemanha, da Grã-Bretanha e da França. Tinha grandes indústrias têxteis, especialmente de algodão e linho, e também indústrias pesadas: carvão, ferro-gusa e aço. Era a segunda maior do mundo (depois dos Estados Unidos) em produção de petróleo, e durante alguns anos, no fim do século XIX, esteve em primeiro lugar. Porém, estes elevados valores absolutos são enganadores enquanto indicadores do poderio económico da Rússia. Como a Figura 10.4 demonstra, a produção e o consumo *per capita* de carvão na Rússia eram substancialmente inferiores mesmo aos da Áustria. E passava-se o mesmo em quase qualquer outra categoria de produção.

A Rússia continuava a ser uma nação predominantemente agrária, com mais de dois terços da sua mão-de-obra ligados à agricultura e a produzir mais de metade do rendimento nacional. O rendimento *per capita* não ascendia a mais de metade do da França e da Alemanha e a cerca de um terço do dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. A produtividade, especialmente na agricultura, era abissalmente baixa, embaraçada que estava por uma tecnologia primitiva e pela escassez de capital. O constrangimento institucional da servidão legalizada, só eliminado em 1861, pesava grandemente contra as possibilidades de crescimento da produtividade, mesmo depois da Emancipação (cf. Cap. 12, pp. 341 e 344).

Os começos da industrialização russa têm sido detectados no reinado de Pedro, o Grande, e mesmo antes, mas, exceptuando a indústria oitocentista do ferro do Ural, estas primeiras empresas industriais eram empreendimentos «de estufa» relacionados com as necessidades do Estado Russo e não eram economicamente viáveis. Na primeira metade do século XIX, especialmente a partir da década de 1830, a industrialização tornou-se mais visível; calcula-se que o número de trabalhadores industriais tenha aumentado de menos de cem mil no princípio do século para mais de meio milhão nas vésperas da Emancipação. A maioria destes trabalhadores era de servos formais que descontavam dos seus salários pagamentos em dinheiro aos seus senhores, em vez dos habituais pagamentos em trabalho. Paradoxalmente, havia igualmente uma série de empresários servos. A indústria mais dinâmica e de crescimento mais rápido foi a dos têxteis de algodão, principalmente na região de Moscovo, e as refinarias de açúcar de beterraba da Ucrânia ocupavam um distante segundo lugar. São Petersburgo vangloriava-se de várias fábricas de algodão grandes e modernas e também de algumas oficinas metalúrgicas e de maquinaria, como também a Polónia Russa.

A Guerra da Crimeia revelou singelamente o atraso da indústria e da agricultura russas e preparou, assim, indirectamente, o caminho para uma série de reformas, a mais notável das quais foi a emancipação dos servos em 1861. Simultaneamente, o Governo encorajou um programa de construção de vias-férreas com base em capital e tecnologia importados e reorganizou o sistema bancário para permitir a introdução de técnicas financeiras ocidentais. Os sinais da eficácia das novas políticas tornaram-se evidentes

em meados da década de 1880 e no «grande arranque» da produção industrial na década de 1890, quando esta aumentou a uma taxa média superior a 8 por cento, mais até que as melhores taxas conseguidas por nações ocidentais.

Muito do mérito deste grande arranque deve-se ao programa de construção de redes ferroviárias, especialmente ao da Linha Transiberiana, estatal, iniciada em 1891, e à expansão associada das indústrias mineira e metalúrgica (Fig. 10.5). Esta última, por sua vez, ficou a dever muito a empresários e capitais estrangeiros, que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento do grande centro mineiro e metalúrgico do sudeste da Ucrânia, nas proximidades da bacia do Donetz.

A Donbas, nome por que a Bacia é conhecida², possuía grandes jazidas de carvão, mas estava também muito longe dos principais centros populacionais. Antes do aparecimento do caminho-de-ferro, a extracção de carvão não era lucrativa. Uns quinhentos quilómetros para ocidente, nos arredores de Krivoi Rog, descobriram-se jazidas muito ricas em minério de ferro, mas pelo mesmo motivo não puderam ser economicamente exploradas. Na década de 1880, empresários franceses persuadiram o Governo Czarista a construir uma via-férrea que ligasse as duas zonas e instalaram altos-forno em ambos os locais, criando assim a primeira união metalúrgica «de extracção cruzada» do mundo. A produção de carvão e de ferro-gusa subiu em flecha; enquanto na década de 1870 a produção interna de ferro-gusa satisfizera apenas cerca de 40 por cento da procura, na década de 1890 atingia três quartos dum consumo muito superior.

O Governo procurou, por vários meios, encorajar a industrialização. Contraindo empréstimos externos para financiar a construção de caminhos-de-ferro estatais e garantiu as obrigações dos caminhos-de-ferro pertencentes a empresas privadas. Encomendou carris, locomotivas e outros equipamentos para os caminhos-de-ferro estatais a companhias sediadas na Rússia (pertencessem elas a russos ou a estrangeiros) e instruiu as sociedades comerciais privadas para fazerem o mesmo. Onerou altamente as importações de produtos de ferro e aço, mas ao mesmo tempo facilitou a introdução do equipamento mais recente de fabrico de ferro e aço e de produtos de engenharia. Os produtores da Silésia Polaca e de São Petersburgo, bem como do sudeste da Ucrânia, beneficiaram com estas medidas.

A «explosão» da indústria russa na década de 1890 foi seguida duma queda súbita nos primeiros anos do século xx, por sua vez seguida pela desastrosa (para a Rússia) Guerra Russo-Japonesa de 1904-5 e, depois, pela Revolução de 1905-6. Embora a insurreição tivesse sido reprimida, impôs várias reformas políticas e económicas. A mais importante destas últimas foi a reforma agrária de Stolypine (cf. Cap. 12, p. 343), que conduziu à produtividade acrescida na agricultura.

No meio século que antecedeu a I Grande Guerra, a economia russa passou por mudanças substanciais no sentido de um sistema mais moderno e tecnologicamente proficiente; mas manteve-se bastante atrás das economias ocidentais mais avançadas, em particular da alemã. A sua fraqueza económica agudizou-se durante a guerra, contribuindo para a derrota russa e abrindo caminho às revoluções de 1917.

² Em inglês, entenda-se, dado formar-se de *Donetz Basin*. (N. do E.)

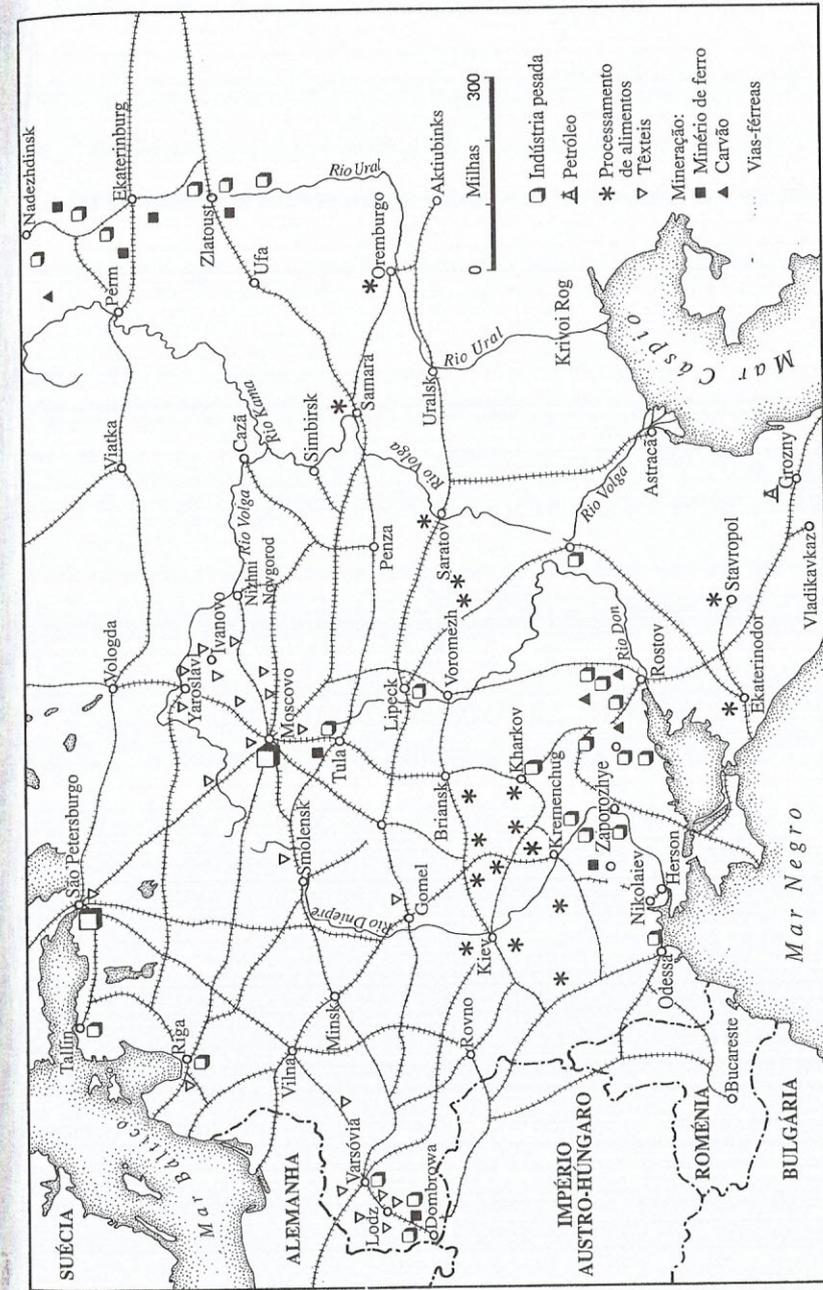


FIGURA 10.5 — Indústria e caminhos-de-ferro na Rússia por volta de 1914. (De Atlas of Russian and East European History, de Arthur E. Adams, William O. McCagg e Ian M. Matley. Direitos reservados por Frederick A. Praeger, Inc., 1966. Reproduzido com autorização de Praeger Publishers.)

Japão

A última entrada, e a mais surpreendente, no rol das nações que iniciaram a industrialização no século XIX — e a única completamente alheia à tradição europeia — foi a do Japão. Na primeira metade do século, o Japão manteve a sua política de exclusão da influência estrangeira, em especial a ocidental, mais eficazmente que qualquer outra nação oriental. Desde o começo do século XVII, o governo dos Tokugawa tinha proibido o comércio com o exterior (os Holandeses estavam autorizados a enviar um navio por ano para um posto de comércio que mantinham numa pequena ilha no porto de Nagasáqui, a «janela para o Ocidente» do Japão) e tinha proibido os Japoneses de viajarem para o estrangeiro. A sociedade estava estruturada em rígidas classes sociais, ou castas, nalguns aspectos semelhantes ao feudalismo da Europa Medieval. O nível de tecnologia era semelhante ao da Europa do princípio do século XVII. Apesar destas limitações, a organização da economia era surpreendentemente sofisticada, com mercados activos e um sistema de crédito. O nível de alfabetização era substancialmente mais elevado que o dos países da Europa Meridional e do Leste.

Em 1853, e de novo em 1854, o comodoro Matthew Perry, um comandante naval norte-americano, entrou na baía de Tóquio e, ameaçando bombardear a cidade, forçou o xógum Tokugawa a encetar relações diplomáticas e comerciais com os Estados Unidos. Em breve, outras nações ocidentais conseguiram privilégios semelhantes aos que tinham sido concedidos aos Estados Unidos. Uma notável particularidade destes «tratados desiguais» proibiu ao Governo Japonês a cobrança de direitos *ad valorem* superiores a 5 por cento; os estrangeiros também conquistaram direitos de extraterritorialidade (isto é, não estavam sujeitos ao direito japonês). A fraqueza do xogunato dos Tokugawa face às usurpações ocidentais deu origem a motins nacionalistas e a um movimento para repor o Imperador, que durante séculos tinha apenas desempenhado funções cerimoniais, numa posição central da governação. Este movimento, conduzido por ambiciosos jovens *samurai* (membros da antiga classe guerreira), foi contingentemente apoiado, em 1867, pela subida ao trono dum jovem imperador vigoroso e inteligente, Mutsu-hito; no ano seguinte, o partido do Imperador forçou o Xógum a abdicar e levou o Imperador para Tóquio, a capital *de facto*. Este acontecimento, que marcou o nascimento do Japão Moderno, é chamado Restauração Meiji (*Meiji* significa «governo iluminado») e foi o nome escolhido por Mutsu-hito para designar o seu reinado). A Era Meiji durou desde 1868 até à morte de Mutsu-hito, em 1912.

Imediatamente depois de conquistar o poder, o novo Governo mudou o tom do movimento nacionalista. Em vez de tentar expulsar os estrangeiros, o Japão cooperou com eles mas mantendo-os a uma meiga distância. O antigo sistema feudal foi abolido e substituído por uma administração formalista altamente centralizada, moldada no sistema francês, por um exército de tipo prussiano e por uma marinha à inglesa. Métodos industriais e financeiros foram importados de muitos países, mas em particular dos Estados Unidos. Homens jovens e inteligentes foram para o estrangeiro para estudar métodos ocidentais de política e governação, ciência militar, tecnologia industrial, comércio e finanças, com o objectivo de adoptar os métodos mais eficientes. Criaram-se no Japão novas escolas segundo os modelos ocidentais e convidaram-se peritos estrangeiros para formarem os seus homólogos japoneses. Porém, o Governo foi

cauteloso em estabelecer rígidos limites às suas funções e em se certificar de que abandonavam o país depois de cessados os seus contratos, para os impedir de estabelecerem posições de domínio.

Um dos problemas mais incómodos que esperavam o novo Governo era o das finanças. Os problemas financeiros tinham sido uma das causas de descontentamento para com o antigo regime dos Tokugawa, e o novo Governo Meiji herdou uma imensidão de papel-moeda inconvertível, que foi forçado a aumentar nos primeiros anos da transição. Em 1873 decretou um imposto sobre a terra calculado com base na produtividade potencial da terra agricultável, sem atender à produção real. Isto teve um efeito duplamente benéfico: por um lado, assegurou ao Governo uma receita segura (à custa dos camponeses, é bom não esquecer); em segundo lugar, garantiu que a terra seria utilizada da melhor forma, pois todos os que fossem incapazes de maximizar os rendimentos perdê-la-iam ou seriam forçados a vendê-la aos que o conseguiam.

Também em virtude dos seus problemas financeiros, o Governo decidiu-se a criar um novo sistema bancário para substituir a informal rede de crédito do tempo dos Tokugawa. Mantendo-se fiel à sua política de seleccionar o melhor de tudo (um exército ao estilo prussiano, uma marinha ao estilo britânico, etc.), tomou por seu modelo o Sistema Bancário Nacional dos Estados Unidos, criado pelo governo da União nos últimos anos da Guerra Civil como medida orçamental de guerra. Segundo este sistema, os bancos podiam ser constituídos utilizando obrigações do Estado como caução para a emissão de notas, que deviam ser convertíveis em numerário. (Não despropositadamente, o Governo Meiji tinha acabado de emitir uma grande quantidade de obrigações para os antigos senhores e samurais feudais em substituição das suas pensões anuais.) Sob este sistema, tinham-se constituído 153 bancos nacionais por volta de 1876. Infelizmente, no ano seguinte emergiu a Rebelião do Satsuma, uma sublevação de um dos maiores clãs ocidentais contra o Governo; embora este tenha esmagado a rebelião, fê-lo a grande custo e com novas emissões de moeda inconvertível e de notas de banco nacionais, determinando uma inflação galopante.

Um novo ministro das Finanças, o conde Matsukata, decidiu que o sistema bancário era imperfeito, e, além de causar uma deflação drástica da moeda em 1881, reviu completamente a estrutura bancária. Criou um novo banco central, o Banco do Japão, segundo o modelo da última moda em bancos centrais, o Banque Nationale de Belgique, que, embora fosse essencialmente de capitais privados, estava sujeito a uma rigorosa fiscalização governamental. Foi-lhe concedido o monopólio da emissão de notas, e os bancos nacionais perderam os seus direitos de emissão e foram convertidos em simples bancos comerciais de depósitos, segundo o modelo inglês. O Banco do Japão também actuava como agente fiscal do Tesouro.

Desde o tempo da Restauração Meiji que o Governo pretendia introduzir e aclimatar praticamente toda a gama de indústrias de estilo ocidental. Com este objectivo construiu e pôs em funcionamento estaleiros navais, arsenais, fundições, oficinas de construção de máquinas e fábricas modelo ou experimentais para a produção de têxteis, vidro, químicos, cimento, açúcar, cerveja e muitos outros produtos; também importou técnicos ocidentais para instruírem a mão-de-obra nativa e a hierarquia de gestão na utilização de equipamento ocidental. Este foi, porém, claramente um projecto sedaa longo prazo. Entretanto, houve que encontrar recursos para pagar as importações de maquinaria e

doutro equipamento e os salários dos peritos estrangeiros. Sendo uma economia predominantemente agrária na época da Restauração — e uma economia sem praticamente nenhuma experiência no comércio externo —, aquela não foi tarefa fácil.

Para mais, o Japão tinha poucos recursos naturais. Mais pequeno que o estado da Califórnia, o território da ilha é também bastante montanhoso, pelo que a proporção de terra arável era também menor que a da Califórnia. O arroz era a cultura principal e também o alimento principal, complementado com peixe e mariscos das ricas águas costeiras. O Japão tinha algumas jazidas de minério de carvão e de cobre e, antes da década de 1920, elas contribuíram para as exportações e também para o consumo interno. Todavia, na maior parte dos casos, coube ao sector agrário carregar o fardo de obter as receitas de exportação que financiassem as necessárias importações.

As duas indústrias têxteis tradicionais do Japão baseadas em matérias-primas nacionais, a seda e o algodão, tiveram destinos muito diferentes. Pouco depois da liberalização do comércio, a indústria do algodão foi completamente aniquilada pelos produtos fabricados no Ocidente, especialmente na Grã-Bretanha. A indústria da seda, por outro lado, sobreviveu, e a sua parte mais próxima do sector agrário, a produção de fio de seda em bruto a partir de casulos, até floresceu. Apoiada pela introdução de equipamento moderno trazido de França, a produção de seda em bruto cresceu de pouco mais de 2 milhões de libras em 1868 para mais de 10 milhões em 1893 e para cerca de 30 milhões nas vésperas da I Guerra Mundial. A maior parte da produção era exportada e, entre as décadas de 1860 e de 1930, a seda em bruto representou entre um quinto e um terço das receitas de exportação; mas a cobrança de elevados impostos sobre os tecidos nos países que eram os principais mercados da seda em bruto, especialmente os Estados Unidos, prejudicou o desenvolvimento daquela indústria.

A outra grande exportação agrária era de chá, que nos primeiros anos da Era Meiji foi tão importante como a seda; porém, a sua importância relativa declinou gradualmente com o crescimento da população e do rendimento nacionais. O mesmo aconteceu, em grau mais elevado, com o arroz; embora nos primeiros anos da Era se exportassem pequenas quantidades, o crescimento populacional foi tal, que antes do final do século o Japão dependia parcialmente de importações para o seu consumo total.

Embora a iniciativa governamental tenha sido responsável pela introdução da maioria dos elementos tecnológicos ocidentais, não foi intenção do Governo proibir a iniciativa privada. Pelo contrário, uma das suas palavras de ordem era «desenvolver a indústria e promover a iniciativa». Logo que as minas, as fábricas modelo e outros estabelecimentos modernos (com excepção dos arsenais e duma fábrica de aço, que estavam sob dominação militar) começaram a funcionar satisfatoriamente, o Governo vendeu-os (frequentemente com prejuízo em termos estritamente contabilísticos) a empresas ou sociedades privadas.

A indústria do algodão (sobretudo a fiação, mas com alguma tecelagem mecanizada) foi a que progrediu mais rapidamente. A tecnologia era relativamente simples e empregava mão-de-obra barata e não especializada, em particular de mulheres e raparigas. Conquistou o mercado interno na década de 1890, e, em 1900, a exportação de fio e tecidos de algodão (principalmente aquele) representava 13 por cento do total das exportações. Os maiores mercados eram a China e a Coreia, que importavam fio barato e imperfeito para tecelagem manual em casas de camponeses.

As indústrias pesadas — ferro, aço, engenharia e químicos — desenvolveram-se mais lentamente, e fizeram-no recorrendo a grandes subsídios e à protecção tarifária (os tratados desiguais expiraram em 1898), mas o Japão era já auto-suficiente no fabrico dos seus produtos por volta de 1914. Obviamente, a I Guerra Mundial fez aumentar em muito a procura desses produtos e ao mesmo tempo abriu novos mercados. De facto, em termos globais, a guerra representou um grande benefício para a economia japonesa. O défice na balança comercial dos últimos anos antes da guerra tinha sido grande, mas a procura acrescida em tempo de guerra, juntamente com a canalização da produção europeia para utilizações de guerra, permitiu aos produtores japoneses expandirem-se rapidamente para mercados externos. Ao entrar na guerra ao lado dos Aliados, o Japão teve também a possibilidade de se apropriar de colónias alemãs no Pacífico e de concessões na China. As exportações, que ascendiam a seis ou 7 por cento do produto nacional bruto na década de 1880 e a cerca de 15 por cento na primeira década do século xx, saltaram para 22 por cento logo em 1915.

Globalmente, a transição económica do Japão de uma sociedade atrasada e tradicional na década de 1850 para uma importante nação industrial no tempo da I Guerra Mundial foi um feito espantoso. A taxa de crescimento do produto nacional bruto desde a década de 1870 até às vésperas da guerra foi de cerca de 3 por cento ao ano (as estimativas oscilam entre 2,4 por cento e 3,6 por cento), tanto ou mais que a de qualquer nação europeia. Além do mais, a taxa de crescimento manteve-se relativamente estável; embora flutuasse um pouco, nunca caiu abaixo de zero, como acontecera frequentemente na Europa e na América durante graves recessões ou depressões. A taxa de crescimento da produção mineira e fabril foi ainda mais alta, cerca de 5 por cento para todo o período.

A transição económica do Japão teve também consequências políticas. Em 1894-95, o Japão derrotou rapidamente a China numa curta guerra e juntou-se ao grupo das nações imperialistas ao anexar território chinês (nomeadamente Taiwan, que mudou o nome para Formosa) e demarcando uma esfera de influências na própria China. Ainda mais surpreendentemente, apenas dez anos depois o Japão derrotou decisivamente a Rússia tanto em terra como no mar. As recompensas desta proeza foram a metade meridional da ilha de Sacalina e os interesses russos em Port Arthur e na península chinesa de Liaodong, bem como o reconhecimento russo da predominância japonesa na Coreia, que o Japão anexou em 1910. Os Japoneses provaram, assim, que podiam jogar o jogo do homem branco.